

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade Matonense de Benemerência "Hospital Carlos Fernando Malzoni" é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº: 52.314.861/0001-48, inscrito (a) no CREMESP sob nº 004328, com endereço na Cidade de Matão/SP, na Rua Sinharinha Frota, nº 556, com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Matão/SP, em 14/11/1997. Fundado em 11 de maio de 1913 como Hospital de Caridade, a Sociedade Matonense de Benemerência, conhecida tradicionalmente como **Hospital "Carlos Fernando Malzoni"** é referência regional na prestação de serviços médico-hospitalares, com profissionalismo e qualidade comprovados no âmbito da saúde, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), Particulares e outros Convênios.

Atualmente, a Sociedade Matonense de Benemerência vem ampliando cada vez mais espaços e recursos, chegando à marca de 12.345 m² de área construída e contando, atualmente, com mais de 800 colaboradores diretos, além de corpo clínico, formado por mais de 100 médicos, e serviços diversos nas áreas de diagnóstico e análises clínicas. Suas instalações abrigam 198 leitos e oferecem atendimento nas áreas de internação hospitalar e ambulatorial, clínica médica, pediátrica, ortopédica de alta complexidade, obstétrica, contando com maternidade de alto risco, que incluem UCIN (Unidade de Cuidados Intermediários do neonato), Casa da gestante, cirurgia cardíaca e cirúrgica em geral e psiquiatria. A instituição possui ainda, uma moderna Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto tipo III com 18 leitos, UTI Neonatal e Pediátrica com 10 leitos tipo III, Centro de Hemodiálise, Centro de Hemodinâmica, Centro de Oncologia, Centro Cirúrgico dotado de 8 salas, sendo 01 destinada à obstetrícia, 01 destinada à Litotripsia extracorpórea e sala de recuperação com 9 leitos. Dentro dos propósitos de atender Matão e região, dispõe também de serviços de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Socorro, único no município, e participa da RUE - Rede de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, que abrange a RAS XIII - Rede de Atenção à Saúde.

A entidade está contratualizada com o SUS através do convênio 0213/2016, com vigência de 5 anos, no qual possui convênios com o FNS – Fundo Nacional de Saúde por intermédio da SES – Secretaria Estadual de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, os serviços estão credenciados através das seguintes portarias:

- a) Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (**INTEGRASUS**), Portaria MS GM nº 504, de 07/03/2007;
- b) Incentivo de Adesão à Contratualização (**IAC**), Portaria MS GM nº 3.172, de 28/12/2012;
- c) Rede Saúde Mental (**RSME**), Portaria MS SAS nº 2.650 de 29 de dezembro de 2016 e Portaria MS GM nº 3.395, de 29 de dezembro de 2016;
- d) Rede Cegonha (**RCE-RCEG**), Portaria MS GM nº 2.785, de 19/11/2013, Portaria MS SAS nº 659, de 31/07/2015 e Portaria GM/MS nº 3.512, de 28/10/2018;
- e) Rede de Urgência (**RUE**) Portaria MS GM nº 71, de 09/01/2014 e Portaria GM/MS nº 2.520, de 13 de agosto de 2018, publicada no D.O.U em 16/08/2018;
- f) Habilitação em Média Complexidade – Laqueadura - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- g) Habilitação em Média Complexidade – Vasectomia - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- h) Habilitação em Média Complexidade - Videocirurgias - CIB Nº 4 - 02/06/2015;
- i) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular - SAS/MS Nº 1032 de 02/10/2015;
- j) Habilitação em Alta Complexidade - Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista - SAS/MS Nº 1032 de 02/10/2015;
- k) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia - PT SAS 155 de 26/04/2011;
- l) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional - SAS 342 de 16/04/2012;
- m) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia - SAS 165 de 25/05/2009;
- n) Habilitação em Alta Complexidade - UTI III Adulto - SAS 1174 de 21/09/2016;
- o) Habilitação em Alta Complexidade - UTI III Pediátrica - SAS 160 de 02/05/2011;
- p) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal tipo III - UTIN III - SAS 923 de 19/08/2013;
- q) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal - Convencional (UCINCon) - SAS 659 de 04/08/2014;
- r) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINcan) - SAS 659 de 04/08/2014;
- s) Habilitação em Alta Complexidade - Serviços Hospitalares de Referência para Atenção a Pessoas com Sofrimento ou Transtorno Mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e Outras Drogas - SAS 2650 de 29/12/2016;

- t) Habilitação em Alta Complexidade - Atenção Hospitalar de Referência à Gestação de Alto Risco Tipo II - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- u) Habilitação em Alta Complexidade - Casa da Gestante Bebe e Puérpera - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- v) Pró Santa Casa 2 - Deliberação CIB nº 262/2007;
- w) Santas Casas SUSstáveis – Estratégico - Resolução SS nº 13 de 05/02/2014, Resolução SS nº 39 de 09/04/2014 e Resolução SS nº 46 de 15/05/2015.
- x) Pró Santas Casas 2 (custeio entidades) – Convênio 00333/2020,
- y) Apoio Financeiro Geral (custeio entidades) - Convênio 00316/2020,
- z) Santas SUSstáveis (custeio 3º setor) – Convênio 00314/2020.

MENSAGEM DA DIRETORIA E DA SUPERINTENDÊNCIA

Orgulho da nossa cidade, o Hospital Carlos Fernando Malzoni é um dos hospitais filantrópicos mais equipados e preparados do interior do Estado de São Paulo.

Tal fato só foi possível porque no final dos anos 80, um grupo de empresários da cidade, denominado **GEMA - Grupo Empresarial de Matão**, assumiu a diretoria e investiu em seu crescimento, tanto na área física e tecnológica como em recursos humanos.

Nossa gestão é focada em trazer os melhores serviços em saúde para nosso município e região, investindo sempre nas melhores tecnologias disponíveis no mercado, sejam elas humanas e/ou tecnológicas.

No ano de 2019, através de verba pública, destinada de convenio com a Secretaria Estadual de Saúde, tendo como objeto, reforma e ampliação, realizamos reforma geral e ampliação no Pronto Socorro, construindo mais banheiros adaptados em sala de espera, climatização, pintura, ampliação de portas, troca de pisos, além da reforma da recepção e corredores.

Ainda em 2019, realizamos com aporte financeiro em forma de doação de uma cooperativa bancaria, um centro de convivência em frente ao centro cirúrgico para acomodar melhor as pessoas que aguardam cirurgias, tendo no local uma tela com status da cirurgia para que possam acompanhar em tempo real início e termino, assim como banheiros, também disponíveis no local uma cafeteria e um caixa eletrônico.

Com auxilio de recursos da nossa Operadora de Saúde, iniciamos a reforma dos apartamentos, tanto na parte estrutural, banheiros, piso, forro, pintura, como na modernização do mobiliário e equipamentos.

Devido à crise econômica do País que perdurou no ano de 2019, tivemos mais um ano bastante desafiador, principalmente por sermos um hospital filantrópico, onde a maior parte dos nossos serviços são ofertados aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, que sabidamente é subfinanciado, e sua tabela não recebe reajuste há a aproximadamente vinte anos. Os incentivos do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde, provenientes do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo, alguns acordos com o Governo Municipal, contribuição financeira, oriunda do nosso e de outros Planos de Saúde e uma

parcela ínfima de particulares contribuíram, mas não foram suficientes para cobrir um déficit que se formou mais acentuadamente, a partir do segundo semestre.

Apesar de todos os esforços realizados e das medidas adotadas de contenção de despesas, redução de custos, renegociações contratuais, as parcerias com poder público municipal nos geraram inadimplências que comprometeram nosso caixa, o nosso maior convenio medico reduziu faturamento encaminhando várias altas complexidades e cirurgias para hospital próprio no município vizinho a nossa operadora de saúde não ter crescido o suficiente, fizeram com que nosso resultado contábil fosse negativo, e em relação ao ano de 2018 um decréscimo/redução de 278%.

Preocupados, mas confiantes na recuperação econômica do País, de olho no futuro e no presente, nosso planejamento estratégico para 2020, assim como foi em 2019, continua focado em nosso crescimento nas áreas de: Saúde Suplementar, fortalecendo nosso Plano de Saúde com expansão e regionalização da carteira; Implantação do serviço próprio de oncologia, pleiteando maior eficiência em resultados financeiros, sem perda de qualidade; Oferta de serviço de alta complexidade para planos de saúde da região que não sejam verticalizados; Habilitação na categoria de Hospital de Ensino após nosso primeiro ano de Residência Médica em ortopedia, que terá início em 2020; Investir na especialidade de ortopedia, que é nosso maior serviço para atrair novos clientes; Fortalecimento na área de Ensino e Pesquisas; Continuidade do trabalho de Coaching de lideranças, investindo ainda mais em recursos humanos; Conclusão do Projeto Proadi SUS para melhoria de nossa gestão, assim como projeto de Governança Corporativa; Manutenção do nosso Código de Conduta Ética, garantindo nossa transparência, segurança e certeza do cumprimento de nossos valores institucionais; Melhorias físicas para maior conforto e segurança aos nossos usuários, clientes internos e externos; Devido ao atendimento que já prestamos na alta complexidade aos usuários do SUS, inserção da nossa instituição na categoria de Hospital Estruturante no Programa Santas Casas Sustentáveis, além da continuidade da expansão do corpo clínico, com prestação de novos serviços médicos, melhorando a qualidade e a resolutividade, sem que seja necessário recorrermos a outros serviços de saúde para continuidade dos nossos atendimentos, exceto quando se tratar de Rede SUS previamente pactuada.

Sabendo de nossas responsabilidades como Gestores da Área da Saúde e da nossa missão em manter esta entidade centenária sustentável em todos os sentidos, não nos faltarão esforços para revertermos o resultado de 2019 e continuarmos a fazer parte dessa extensa Rede de Saúde do Estado de São Paulo, através da DRS III – Divisão Regional de Saúde de Araraquara, na Gestão direta da Secretaria Estadual de Saúde, com compromisso de atender com excelência a alta e média complexidade, focando sempre na Humanização e na Qualidade da Assistência.

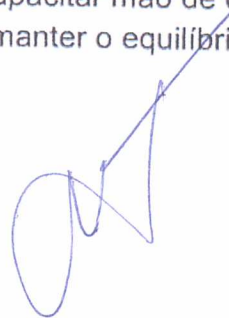
Para tanto, contamos com o comprometimento dos nossos Colaboradores, Corpo Clínico, Parceiros, Terceiros, Fornecedores e Voluntários, para que possamos manter e alcançar nossa Missão, Visão e Valores institucionais.

MISSÃO - Ser uma entidade filantrópica, prestando serviços de saúde com qualidade, dignidade, eficiência e humanização.

VISÃO - Ser referência regional em alta complexidade, com excelência na prestação de serviços de saúde, buscando certificação.

Valores:

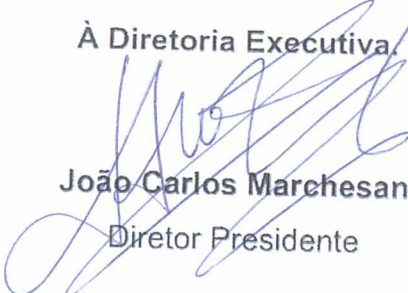
1. Credibilidade – corresponder às expectativas dos clientes
2. Ética – transparência e comprometimento
3. Humanização – colocar-se no lugar do outro
4. Respeito – reconhecer limites
5. Compromisso Social – interagir com a sociedade buscando melhor atendimento
6. Tecnologia – investir na aquisição de equipamentos e capacitar mão de obra
7. Sustentabilidade – cumprir com os valores propostos e manter o equilíbrio financeiro



Senhores Conselheiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 comparado às do exercício anterior. Permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Conselheiros para esclarecimentos que se fizerem necessários.

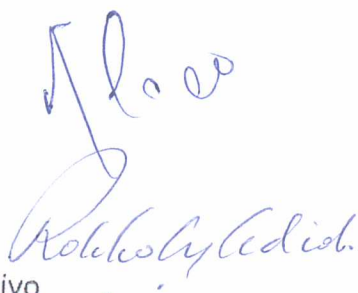
Matão (SP), 14 de Março de 2020.

À Diretoria Executiva,


João Carlos Marchesan

Diretor Presidente

Reginaldo Vedoato
Diretor Vice-Presidente


Roberto Luiz Cadioli
Diretor Executivo Administrativo


Nelson Francischini Júnior
Diretor Executivo Financeiro


José Carlos Chiozzini
Diretor Executivo Secretário

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em reais - R\$)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.938.165	6.583.978	2.768.254	2.552.449
Recursos de subvenções a Receber	13	8.851.646	11.062.898	8.851.646	11.062.898
Contas a receber	5	9.838.129	19.248.937	8.469.536	17.682.567
Estoques	7	1.272.694	1.183.386	1.272.694	1.183.386
Créditos Tributários a Recuperar	6	29.822	777.798	0	717.196
Outros créditos		724.746	487.081	724.683	487.081
Total do ativo circulante		28.655.201	39.344.079	22.086.813	33.685.578
Não circulante					
Contas a receber	4	408.458	623.763	408.458	441.738
Recursos de subvenções a Receber	13	17.024.868	0	17.024.868	0
Outros créditos		119.904	98.248	21.656	0
		17.553.230	722.011	17.454.982	441.738
Investimentos		326.045	105.123	5.208.034	4.971.303
Imobilizado - Sem Restrição	9	39.360.017	34.585.479	36.607.195	32.161.163
(-) Depreciação - Sem Restrição	9	(13.912.194)	(12.221.573)	(13.275.554)	(11.657.856)
Imobilizado - Com Restrição	9	4.560.947	11.187.063	4.560.947	11.187.063
(-) Depreciação - Com Restrição	9	(989.726)	(691.391)	(989.726)	(691.391)
Intangível	9	443.572	453.538	321.953	375.164
(-) Amortização acumulada	9	(124.184)	(75.943)	(67.566)	(39.558)
Total do ativo não circulante		47.217.706	34.064.307	49.820.266	36.747.626
Total do ativo		75.872.908	73.408.386	71.907.078	70.433.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em reais - R\$)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores e Prestadores de Serviços de Saúde	10	6.108.747	6.025.877	6.108.747	6.025.877
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	2.956.243	2.153.031	0	0
Empréstimos e financiamentos	19	500.000	0	500.000	0
Salários, férias e contribuições sociais	10	1.260.082	1.406.857	1.260.082	1.406.857
Impostos e contribuições a recolher	10	342.114	486.271	176.832	341.577
Subvenções a realizar	13	10.153.132	19.268.751	10.153.132	19.268.751
Provisões trabalhistas	10	2.246.708	2.516.148	2.246.708	2.516.148
Acordos Judiciais	10	8.600	110.500	8.600	110.500
Outras contas a pagar e provisões diversas	10	1.820.762	2.568.156	1.316.853	2.072.738
Total do passivo circulante		25.396.390	34.535.590	21.770.955	31.742.448
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	1.500.000	0	1.500.000	0
Ações Cíveis e Trabalhistas	15	438.430	651.036	438.430	651.036
Subvenções a realizar	13	17.170.437	6.893.107	17.170.437	6.893.107
Subvenções Governamentais Diferidas	13	1.587.556	1.798.807	1.587.556	1.798.807
Contas a Pagar		240.000	1.404.025	240.000	1.222.000
Total dos passivos não circulantes		20.936.422	10.746.975	20.936.422	10.564.950
Patrimônio líquido					
Patrimônio social	11	28.125.805	31.065.894	28.125.806	31.065.895
Ajuste de Exercícios Anteriores	11	(292.152)	(5.017.825)	(292.152)	(5.017.825)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11	3.020.668	0	3.020.668	0
Reservas de Capital	11	15	15		
Lucros Acumulados	11	340.380	0	0	0
Superávit do exercício	11	(1.654.621)	2.077.735	(1.654.621)	2.077.735
Total do patrimônio líquido		29.540.096	28.125.820	29.199.701	28.125.806
Total do passivo e patrimônio líquido		75.872.908	73.408.386	71.907.078	70.433.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados Consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais – R\$)

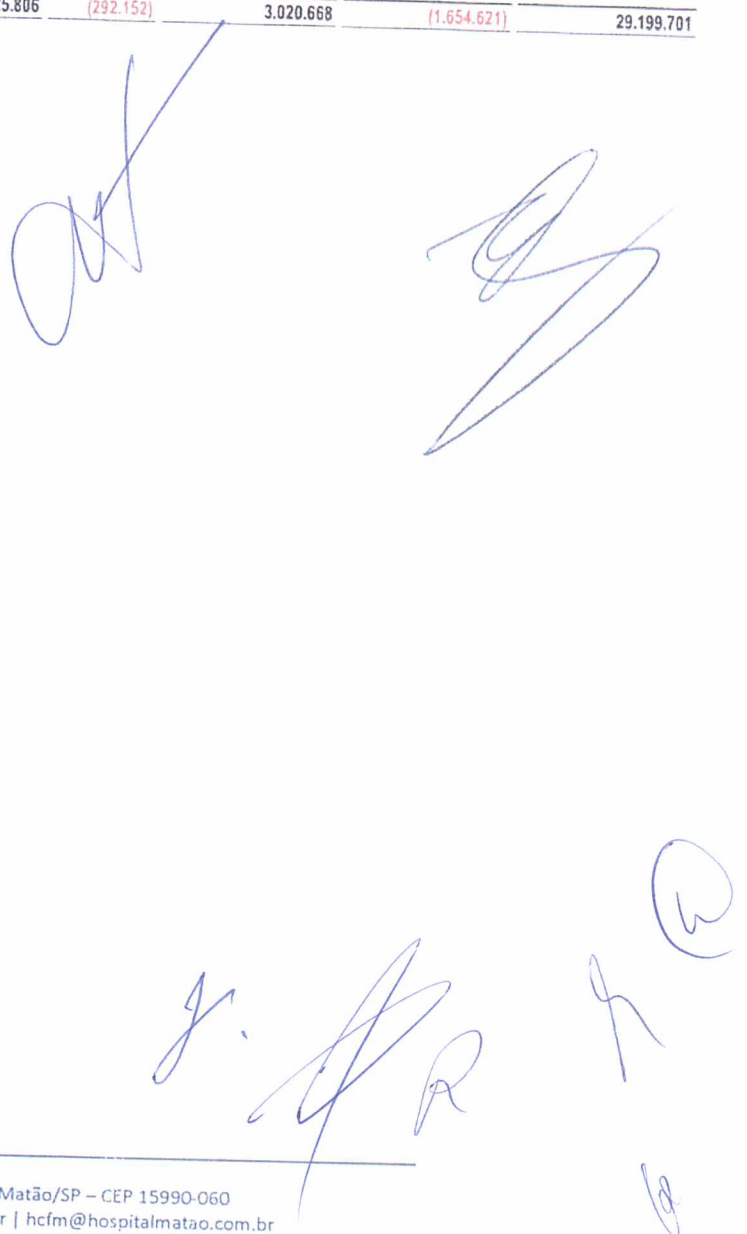
		2019	2018	2019	2018
	Nota	Consolidado		Controladora	
Receitas					
Receitas com subvenções e Convênios Governamentais	4	18.598.391	18.305.557	18.598.391	18.305.557
Receitas de convênios e de assistência ao SUS	14	26.718.016	24.436.255	26.718.016	24.436.255
Receitas de convênios e particulares	4	26.686.128	26.597.590	38.212.355	37.473.319
Receitas com Contraprestação de Plano de Assistência à Saúde Líquidas	4	24.550.508	24.785.387	0	0
Outras receitas	4	3.909.758	3.029.054	5.541.758	4.661.054
		100.462.801	97.153.843	89.070.520	84.876.184
Custos e despesas operacionais					
Custo Com Eventos Indenizáveis Líquidos	4	(1.737.876)	(3.911.846)	0	0
Custos com serviços médicos	4	(30.957.070)	(29.937.595)	(30.957.070)	(29.937.595)
Custos com medicamentos e materiais	4	(17.209.471)	(15.322.383)	(17.209.471)	(15.322.383)
Custos e Despesas com pessoal e encargos	4	(27.135.463)	(26.102.190)	(27.135.463)	(26.102.190)
Depreciações e amortizações	4	(1.836.228)	(1.722.154)	(1.836.228)	(1.722.154)
Custos e Despesas com Materiais de Consumo, Manutenções e Serviços	4	(7.786.645)	(7.070.984)	(7.786.645)	(7.070.984)
Custos e Desp. Operacionais com Plano de Assistência a Saúde	4	(5.295.347)	(5.753.804)	0	0
Outras receitas, custos e despesas operacionais	4	(6.312.770)	(3.153.891)	(6.312.770)	(3.153.891)
Despesas Adm. e Comer. do Plano de Assistência à Saúde		(4.025.983)	(2.538.653)	0	0
		(102.296.852)	(95.513.501)	(91.237.646)	(83.309.198)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras		(1.834.051)	1.640.342	(2.167.126)	1.566.986
Receitas financeiras		1.007.141	1.054.753	629.996	623.162
Despesas financeiras		(308.318)	(329.772)	(117.491)	(112.413)
Resultado financeiro, líquido		698.823	724.981	512.505	510.749
IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas		(107.848)	(47.897)	0	0
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido		(46.745)	(25.883)	0	0
IRPJ/CSLL		(154.593)	(73.780)	0	0
Benefício fiscal usufruído e Previdência	12	8.345.159	8.798.807	8.345.159	8.798.807
(-) Benefício fiscal usufruído e Previdência	12	(8.345.159)	(8.798.807)	(8.345.159)	(8.798.807)
Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	411.366	383.316	411.366	383.316
(-) Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	(411.366)	(383.316)	(411.366)	(383.316)
Superávit (déficit) do exercício		(1.289.821)	2.291.543	(1.654.621)	2.077.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em reais)
 Controladora

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	27.521.167	(269.723)	0	3.814.451	31.065.895
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	3.814.451		0	(3.814.451)	0
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	(269.723)	269.723			0
Superávit do Exercício		0		2.077.735	2.077.735
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	31.065.895	(5.017.825)	0	2.077.735	28.125.806
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	2.077.735	0	0	(2.077.735)	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0		3.020.668		3.020.668
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	(5.017.825)	4.725.673			(292.152)
Superávit do Exercício	0	0		(1.654.621)	(1.654.621)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.125.806	(292.152)	3.020.668	(1.654.621)	29.199.701

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto (em reais - R\$)

	2019	2018	2019	2018
	Consolidado		Controladora	
Fluxo das Atividades Operacionais				
Recebimento do SUS - Sistema Único de Saúde	24.860.354	20.958.562	24.860.354	20.958.562
Recebimento de Subvenções, Licitações e Convênios com Entes Públicos	21.918.990	19.094.301	21.918.990	19.094.301
Recebimento de Convênios e Particulares	20.489.326	22.272.487	35.721.073	38.324.447
Recebimento de Planos de Saúde	34.719.500	31.671.770	0	0
Resgate de Aplicações Financeiras	8.069.643	3.273.708	0	0
Recebimento de Doações e Contribuições Voluntárias	643.208	220.234	643.208	220.234
Recebimentos de Serviços Educacionais	1.281.234	992.886	1.281.234	992.886
Outros Recebimentos	1.508.882	4.301.292	1.335.201	1.383.101
	113.491.138	102.785.240	85.760.061	80.973.531
Pagamento de Salários e Encargos Trabalhistas	(25.058.656)	(23.920.619)	(23.879.520)	(23.121.839)
Pagamento de Impostos e Contribuições	(3.369.260)	(3.533.775)	(1.746.625)	(1.888.018)
Pagamento de Serviços Médicos	(30.087.664)	(28.499.950)	(30.087.664)	(28.499.950)
Pagamento a Fornecedores de Materiais, Matérias, OPME e Demais Insumos	(40.258.258)	(37.534.291)	(30.033.295)	(26.551.841)
Aplicações Financeiras	(8.811.009)	(2.100.191)	0	0
Outros Pagamentos	(4.119.197)	(5.467.345)	(418.273)	(668.148)
	(111.704.045)	(101.056.170)	(86.165.378)	(80.729.795)
Disponibilidade das Atividades Operacionais	1.787.093	1.729.070	(405.317)	243.736
Fluxo das Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado - Com Restrição	0	(67.245)	0	(67.245)
Aquisição de Imobilizado - Sem Restrição	(1.339.250)	(1.627.146)	(285.223)	(573.119)
Obras em Andamentos - Sem Restrição	(1.047.267)	(515.507)	(1.047.267)	(515.507)
Aquisição de Participações Societárias	(1.632.000)	(1.632.000)	(1.632.000)	(1.632.000)
Recebimento de Cotas de Participações Societárias	1.667.000	1.576.000	1.667.000	1.576.000
	(2.351.517)	(2.265.897)	(1.297.490)	(1.211.870)
Disponibilidade das Atividades de Investimentos				
Fluxo das Atividades de Financiamentos				
Contratação de Empréstimos	2.000.000	45.664	2.000.000	0
Pagamento de Empréstimos	(81.388)	(13.864)	(81.388)	(10.664)
Outros Pagamentos das Atividades e Financiamento	0	(396.617)		
	1.918.612	(364.818)	1.918.612	(10.664)
Disponibilidade das Atividades de Financiamentos				
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.354.187	(901.645)	215.804	(978.798)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	6.583.978	7.485.623	2.552.449	3.531.247
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	7.938.165	6.583.978	2.768.254	2.552.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018

Nota 1 – Contexto operacional – A SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA, fundada em 11 de Maio de 1913, Associação Civil, Sem Fins Lucrativos, com o objetivo de prestar serviços, médico-hospitalares, científicos, técnicos, assistenciais, educacionais e sociais. Aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional em manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, e para tal finalidade mantém atualmente o Hospital Carlos Fernando Malzoni, na cidade de Matão-SP, à Rua Sinharinha Frota, 556. A Sociedade Matonense de Benemerência adquiriu no exercício de 2017 a operadora de planos de saúde MATÃO CLINICAS & AMHMA SAÚDE LTDA, CNPJ 50.432.863/0001-06, ANS 416495.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis, com atendimento integral das Leis Nº. 6.404/76, das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, definidas pela Resolução 1.159/09 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e ITG 2002 aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, e demais disposições complementares que contemplam as Entidades sem Fins Lucrativos e estão sendo divulgadas de forma comparativa aos exercícios de 2019 e 2018 e estão sendo apresentadas em moeda real. As demonstrações contábeis estão Consolidadas com dados contábeis da controladora Sociedade Matonense de Benemerência e da Controlada Matão Clinicas & AMHMA Saúde Ltda., onde as operações contábeis entre as empresas foram eliminadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Nota 3 – Caixa e equivalente caixa - De acordo com a ITG 2002 aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, apresentamos as disponibilidades financeiras com segregação dos recursos com restrição e sem restrição:

Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	18.115	22.511	11.159	11.200
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	651.409	1.464.822	493.725	1.331.664
Aplicações financeiras - Sem Restrição	2.745.691	827.121	1.190.054	233.632
Sub-Total - Sem Restrição	3.415.215	2.314.455	1.694.939	1.576.496
Bancos Conta Movimento - Recursos Com Restrição	2.374	2.622	2.374	2.622
Aplicações financeiras - Com Restrição	4.520.576	4.266.902	1.070.940	973.331
Sub-Total - Com Restrição	4.522.950	4.269.524	1.073.314	975.953
Total das Disponibilidades	7.938.165	6.583.979	2.768.254	2.552.449

Notas 4 – Principais diretrizes contábeis

- Créditos SUS a Receber: Valores a serem recebidos mediante prestação de serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) e/ou incentivos proposto pelo SUS;
- Créditos a Receber Prefeituras: Referem-se aos contratos de prestação de serviços celebrados com os municípios, licitações e/ou subvenções propostas por leis específicas;
- Adiamento a Colaboradores: Refere-se ao adiantamento de férias e/ou salários aos colaboradores da entidade;

- d) Despesas Antecipadas: representados nos valores pagos durante o exercício onde a despesa é reconhecida na devida competência contábil;
- e) Receitas, Custos e Despesas: Estão apropriados pelo regime de competência;
- f) Realizável em Longo Prazo: representa créditos a receber cujo vencimento é posterior a 12 meses, sendo compreendido este o ciclo da atividade;
- g) Empréstimos e Financiamentos: representa valores de empréstimos contratados os quais estão apresentados pelo valor presente de liquidação;
- h) Acordos Judiciais: Representa saldos a pagar de ações trabalhistas e cíveis, acordadas e/ou transitadas em julgado, na qual existe a obrigação de pagar ao reclamante/autor.

Nota 5 – Contas a Receber: representa valores a receber pela prestação de serviços e pela venda de planos de saúde, distribuídos conforme quadro abaixo:

Contas a Receber

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Particulares	77.784	15.730	77.784	15.730
Convênios e Santas Casas	3.189.514	2.653.627	3.189.514	2.653.627
Prefeituras	2.655.466	11.846.946	2.655.466	11.846.946
SUS - Sistema Único em Saúde	2.213.565	2.960.001	2.213.565	2.960.001
Cheques e Cartões a Receber	333.207	206.263	333.207	206.263
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.368.593	1.566.370		
Total das Contas a Receber	9.838.129	19.248.937	8.469.536	17.682.567

Nota 6 – Créditos Tributários a Recuperar: representa valores de PIS sobre a folha de pagamentos a recuperar, o qual a entidade recuperou a através de ação judicial;

Nota 7 – Estoques: Os estoques estão representados pelo custo médio de aquisição, lançados pelo regime de competência, sua composição de saldos está distribuída conforme quadro abaixo:

Estoques

DESCRIÇÃO	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
DROGAS E MEDICAMENTOS	457.040	443.819	457.040	443.819
MATERIAIS HOSPITALARES	383.666	326.002	383.666	326.002
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	30.305	31.144	30.305	31.144
MATERIAIS DE LAVANDERIA	15.913	6.399	15.913	6.399
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE	30.107	27.082	30.107	27.082
MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	169.352	135.303	169.352	135.303
MATERIAIS DE ROUPARIA	0	225	0	225
OPME	122.095	142.341	122.095	142.341
IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	35.470	22.619	35.470	22.619
E.P.I (EQUIP. DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)	20.975	40.162	20.975	40.162
MATERIAIS NÃO REEMBOLSÁVEIS	239	658	239	658
UTENSÍLIOS COPA E COZINHA	7.533	7.633	7.533	7.633
Total dos Estoques	1.272.694	1.183.386	1.272.694	1.183.386

Nota 8 – PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – Foi constituída Provisão pelo saldo existente de Créditos a receber, já vencidos e que já foram tomadas medidas administrativas e/ou judiciais para cobrança.

Nota 9 – Ativo Imobilizado e Intangível – Apresentamos abaixo a composição do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível e Movimentação do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL
CONTROLADORA

DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIAÇÃO MÉDIA ANUAL	CUSTO DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2019	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS EM 31/12/2019	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2019	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2018
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição					
Terrenos		21.105.172,37	(3.102.585,65)	18.002.586,72	14.454.572,14
Edificações	4%	4.480.917,58		4.480.917,58	3.769.377,58
Obras em Andamento		15.810.515,41	(3.102.585,65)	12.707.929,76	10.557.156,33
		813.739,38		813.739,38	128.038,23
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição					
Terrenos		2.031.729,52	(128.075,02)	1.903.654,50	8.306.237,32
Edificações e Instalações	4%	947.832,87		947.832,87	4.379.792,87
Obras em Andamento		729.967,14	(128.075,02)	601.892,12	3.798.406,22
		353.929,51		353.929,51	128.038,23
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição					
Outros Equipamentos		14.648.449,49	(9.555.973,20)	5.092.476,29	6.111.087,37
Aparelhos e Equipamentos	10%				
Móveis e Utensílios	10%	7.431.250,64	(6.442.210,40)	989.040,24	1.582.653,26
Equipamentos de T.I.	20%	1.105.728,77	(1.034.788,95)	70.939,82	135.897,12
Bens Móveis	10%	2.331.525,04	(713.778,02)	1.617.747,02	1.730.309,31
		3.779.945,04	(1.365.195,83)	2.414.749,21	2.662.227,68
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição					
Imobilizados a Regularizar		3.006.487,04	(1.238.628,72)	1.767.858,32	2.044.761,52
Aparelhos e Equipamentos	10%				
Móveis e Utensílios	10%	2.847.873,11	(1.179.654,42)	1.668.218,69	1.752.445,05
Equipamentos de T.I.	20%	2.325,45	(766,40)	1.558,96	1.810,90
Bens Móveis	10%	17.087,48	(9.610,39)	7.477,09	10.925,81
		139.201,00	(48.597,42)	90.603,58	279.578,86
Bens Móveis não Hospitalares - Sem Restrição	20%	319.939,37	(251.219,33)	68.720,04	36.757,64
Veículos	20%	319.939,37	(251.219,33)	68.720,04	36.757,64
Bens Móveis não Hospitalares - Com Restrição					
Veículos				0,00	0,00
Ativo Intangível - Sem Restrição					
Programas de Computador		442.729,85	(120.776,48)	321.953,37	381.168,48
Marcas e Patentes		409.444,85	(120.776,48)	288.668,37	347.883,48
		33.285,00		33.285,00	33.285,00
Ativo Intangível - Com Restrição					
Programas de Computador				0,00	0,00
				0,00	0,00
TOTAL DO IMOBILIZADO		41.554.507,64	(14.397.258,40)	27.157.249,24	31.334.584,47

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL
CONTROLADORA

DESCRIÇÃO	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2018	AQUISIÇÕES 2019	AJUSTES, BAIXAS E TRANSFERÊNCIAS EM 2019	DEPRECIAÇÕES em 2019	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2019
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição	14.454.572,14	4.094.733,85	(126.284,01)	(420.435,26)	18.002.586,72
Terrenos	3.769.377,58	711.540,00			4.480.917,58
Edificações	10.557.156,33	2.695.529,00	(124.320,31)	(420.435,26)	12.707.929,76
Obras em Andamento	128.038,23	687.664,85	(1.963,70)		813.739,38
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição	8.306.237,32	477.272,99	(6.715.451,54)	(164.404,27)	1.903.654,50
Terrenos	4.379.792,87		(3.431.960,00)		947.832,87
Edificações	3.798.406,22		(3.032.109,83)	(164.404,27)	601.892,12
Obras em Andamento	128.038,23	477.272,99	(251.381,71)		353.929,51
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição	6.111.087,37	257.803,70	(136.257,26)	(1.140.157,52)	5.092.476,29
Imobilizados a Regularizar	0,00				0,00
Aparelhos e Equipamentos	1.582.653,26	106.698,30	(54.395,91)	(645.915,41)	989.040,24
Móveis e Utensílios	135.897,12	87.594,47	(12.504,39)	(140.047,38)	70.939,82
Equipamentos de T.I.	1.730.309,31	63.510,93	(14.362,41)	(161.710,81)	1.617.747,02
Bens Móveis	2.662.227,68		(54.994,55)	(192.483,92)	2.414.749,21
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição	2.044.761,52	214.090,04	(198.822,49)	(292.070,75)	1.767.858,32
Aparelhos e Equipamentos	1.752.445,05	214.090,04	(22.553,12)	(275.764,18)	1.668.218,69
Móveis e Utensílios	1.810,90		(19,38)	(232,56)	1.558,96
Equipamentos de T.I.	10.925,81		(99,15)	(3.349,57)	7.477,09
Bens Móveis	279.578,86		(176.250,84)	(12.724,44)	90.603,58
Bens Móveis não Hospitalares - Sem Restrição	36.757,64	52.340,00	(1.395,90)	(18.981,70)	68.720,04
Veículos	36.757,64	52.340,00	(1.395,90)	(18.981,70)	68.720,04
Bens Móveis não Hospitalares - Com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Intangível - Sem Restrição	381.168,48	0,00	(6.004,42)	(53.210,69)	321.953,37
Programas de Computador	347.883,48		(6.004,42)	(53.210,69)	288.668,37
Marcas e Patentes	33.285,00				33.285,00
Ativo Intangível - Com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00				0,00
TOTAL DO IMOBILIZADO	31.334.584,47	5.096.240,58	(7.184.315,62)	(2.089.260,19)	27.157.249,24

Nota 10 – Passivo Circulante – Está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício, sendo que os fornecedores de materiais e serviços estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico.

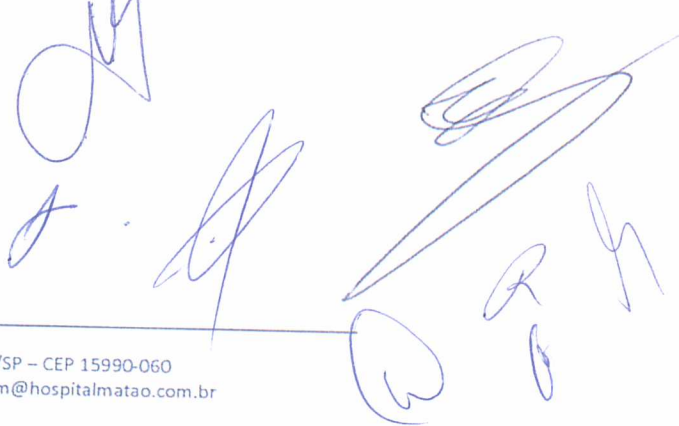
Nota 11 – Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido está constituído da seguinte forma:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA		
DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Patrimonio Social	28.125.806	31.065.895
Ajuste de Exercícios Anteriores	(292.152)	(5.017.825)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.964.304	0
Superávit ou Déficit do Exercício	(1.654.621)	2.077.735
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	29.143.337	28.125.806

Houve lançamento na conta ajuste de exercícios anteriores, referente aos valores a receber da Prefeitura Municipal de Matão-SP, dos convênios com os programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Pronto Atendimento na Unidade do Pronto Socorro, a entidade possuía valores a receber destes convênios, tendo em vista que o município não pagou pelos valores conveniados em sua integralidade, devidos mensalmente, fato que gerou contas a receber do município.

Entendimento posterior entre as partes resultou no consenso de os valores conveniados não serem fixos, mas tetos base, ocasionando no entendimento que, uma vez mantidos os serviços nos valores recebidos, não haveria saldo remanescente a receber.

Nota 12 – Benefícios Fiscais Usufruídos e Previdência – De acordo com o Art. 150, Parágrafo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a entidade é Imune ao IRPJ e Isenta de Contribuições, de acordo com o Art. 195 da Constituição da República Federativa do Brasil e Regulamentada pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pelo Decreto 7.300 de 15 de outubro de 2010. Em atendimento à resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, demonstramos a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA durante os exercícios de 2019 e 2018, como se devido fossem:



ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS (FILANTROPIA) LEI 12.101/09
CONTROLADORA

DESCRIÇÃO	INSS PATRONAL	COFINS	CSLL	PIS	IRPJ	ISSQN	TOTAL
2019	5.038.034	1.846.874	0	229.002	0	1.231.250	8.345.159
2018	5.038.034	1.846.874	186.996	229.002	127.887	1.370.015	8.798.807

Nota 13 – Subvenções e Convênios com entes públicos e Doações voluntárias – No exercício de 2019, a SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA – Hospital Carlos Fernando Malzoni, recebeu a título auxílio e subvenções do poder público municipal, estadual e federal, assim como doações de pessoas físicas e jurídicas que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002, para fazer a programação de custeio e operacionalidade das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade, como segue:

a) Convênios e Subvenções com Municípios:
CONTRATO DE GESTÃO COM O MUNICÍPIO DE MATÃO-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	TETO OU VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	OBJETO	OBSERVAÇÃO
2018	Contr. Pronto Socorro	7.080.000,00	6.363.005,71	Custeio para Gestão	
2018	Convênio - SAMU	4.080.000,00	2.833.846,03	Custeio para Gestão	
2018	Convênio - ESF	3.840.000,00	3.246.925,73	Custeio para Gestão	
TOTAL 2018		15.000.000,00	12.443.777,47		
2019	Contr. Pronto Socorro	7.080.000,00	7.080.000,00	Custeio para Gestão	SEM REAJUSTE DESDE 2017
2019	Convênio - SAMU	4.080.000,00	2.518.508,83	Custeio para Gestão	CONVÊNIO ENCERRADO EM 2019
2019	Convênio - ESF	3.840.000,00	1.997.297,86	Custeio para Gestão	CONVÊNIO ENCERRADO EM 2019
TOTAL 2018		15.000.000,00	11.595.806,69		

CONTRATOS/SUBVENÇÕES MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2018	Subvenção Municipal	1.200.000,00			1.200.000,00	Custeio

SUBVENÇÕES MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DOBRADA-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2018	Lei 1.661/2017	43.863,48	43.863,48		0,00	Custeio
2018	Lei 1.639/2018	135.472,32	135.000,00	472,32	0,00	Custeio
2019	Lei 1.725 de 28 de Março de 2019	140.995,30	140.832,00	163,30	(0,00)	Custeio

b) Convênios e Subvenções com o Estado de São Paulo:

SUBVENÇÕES/CONTRATOS - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2018	345/2016 - Sustentáveis	784.239,60	0,00	0,00	784.239,60	Custeio
2018	181/2016 - Pró-Santa Casa	94.500,00	0,00	0,00	94.500,00	Custeio
2018	541/2016 - Pró-Santa Casa	804.825,00	389.025,00	0,00	415.800,00	Custeio
2018	626/2016 - Sustentáveis	6.679.105,15	3.228.450,55	0,00	3.450.654,60	Custeio
2018	159/2018 - Governador Geraldo Alckmin	2.160.000,00	513.000,00	0,00	1.647.000,00	Custeio
2018	609/2018 - Deputado Welson Gasparini/Marcia Lia	200.500,00	80.500,00	0,00	120.000,00	Equipamentos/Custeio
2018	645/2018 - Comissão Intra-Hospitalares de Transplantes	240.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	Custeio
TOTAL 2018		10.963.169,75	4.330.975,55	0,00	6.632.194,20	

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2019	541/2016 - Pró-Santa Casa	415.800,00	359.100,00	0,00	56.700,00	Custeio
2019	626/2016 - Programa Santas Casas Sustentáveis	3.450.654,60	2.980.108,20	0,00	470.546,40	Custeio
2019	159/2018 - Governador Geraldo Alckmin	1.647.000,00	1.647.000,00	0,00	0,00	Custeio
2019	645/2018 - Comissão Intra-Hospitalares de Transplantes	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	Custeio
2019	609/2018 - Deputado Welson Gasparini	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	Custeio
2019	276/2019 - Deputado Rogério Nogueira	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	Aquisição de Equipamentos
2019	1075/2019 - Deputado Rogério Nogueira	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	Custeio
2019	328/2019 - Secretário de Estado de Saúde	1.260.000,00	900.000,00	0,00	360.000,00	Custeio
2020	00333/2020 - Secretário de Estado de Saúde - Pró Santas Casas 2	1.512.000,00	0,00	0,00	1.512.000,00	Custeio
2020	00315/2020 - Complemento MAC - Governador João Dória	8.640.000,00	0,00	0,00	8.640.000,00	Custeio
2020	00314/2020 - Programa Santas Casas Sustentáveis	12.547.824,00	0,00	0,00	12.547.824,00	Custeio
2020	8329/2019 - Deputada Analice Fernandes	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	Custeio
TOTAL 2019		30.513.278,60	6.326.208,20	0,00	24.187.070,40	

c) Convênios e Subvenções com a União:

SUBVENÇÕES/CONTRATOS - UNIÃO - GOVERNO FEDERAL						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2018	Port. 2.241/2016 - Telemedicina	51.613,50	51.613,50	0,00	0,00	Aquisição de Equipamentos
2018	837026/2016	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	Aquisição de Equipamentos
2018	837029/2016	118.296,00	118.296,00	0,00	0,00	Aquisição de Equipamentos
2018	850609/2017 - Senadora Marta Suplicy	160.700,00	0,00	1.130,00	159.570,00	Aquisição de Equipamentos
2018	850926/2017 - Ministério da Saúde	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	Aquisição de Equipamentos
2018	868429/2018 - Deputado Lobbe Neto	260.672,00	0,00	10.672,00	250.000,00	Aquisição de Equipamentos
TOTAL 2018		791.281,50	269.909,50	11.802,00	509.570,00	

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2019	883503/2019 - Deputado Baleia Rossi	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	Aquisição de Equipamentos
2019	Portaria MAC 3212/2019 - Deputado Baleia Rossi	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	Custeio
2019	Portaria MAC 3730/2019 - Deputada Geninho	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	Custeio
2019	883506/2019 - Deputado Arnaldo Jardim	202.000,00	0,00	2.000,00	200.000,00	Aquisição de Equipamentos
2019	888548/2019 - Deputado Rodrigo Garcia	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	Aquisição de Equipamentos
2019	888554/2019 - Deputado Vanderlei Macris	201.000,00	0,00	1.000,00	200.000,00	Aquisição de Equipamentos
TOTAL 2019		2.203.000,00	0,00	3.000,00	2.200.000,00	

d) Outras Receitas

OUTRAS RECEITAS RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS		
NATUREZA	2019	2018
Receitas Com Aluguéis	1.438.194	555.847
Receitas Com Doações	602.157	157.055
Mensalidade/Anuidade Dos Sócios	13.140	14.310
Receitas Nota Fiscal Paulista	71.642	0
Receitas Com Xerox	4.315	4.979
Receitas Taxas	18.493	41.693
Receitas Com Ações Judiciais	444.458	1.210.723
Receitas com Sucatas	7.419	4.405
Outras Receitas	5.647	0
Serviços Educacionais	1.304.293	1.040.042
TOTAL OUTRAS RECEITAS	3.909.758	3.029.054

Nota 14 – Atendimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde – A SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA – mantenedora do Hospital Carlos Fernando Malzoni, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009 e Lei 12.249/2010, regulamentadas pelo Decreto 7.300/2010 e Portaria MS 1.970/2011, apresentou em 2019 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde), Convênio 213/2016 (processo nº 001.0203.001.250/2016), superior a 60% (sessenta por cento) do total de sua capacidade instalada, sendo que, atingiu o percentual de 86,51% (Oitenta e Seis inteiros e Cinquenta e um décimos por cento).

Fonte de dados:

www.datasus.gov.br
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901&item=1>

CNPJ: 52.314.861/0001-48		CNESS:20.90.961	
CÁLCULO DO PERCENTUAL CEBAS (EXERCÍCIO DE 2019)	BASE	% ABSOLUTO	% USO
ATUAÇÃO NO ART. 20, § 1º, I DO DECRETO 8.242/2014			
PACIENTES DIA SUS	27.882	72,01%	72,01%
PACIENTES DIA SUS + PACIENTES DIA NÃO SUS	38.718		
ATUAÇÃO NO ART. 20, § 1º, II DO DECRETO 8.242/2014			
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS	332.229	95,33%	10,00%
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS + PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS NÃO SUS	348.496		
ATUAÇÃO NO ART.			
I - atenção obstétrica e neonatal;		1,50%	1,50%
II - atenção oncológica;		1,50%	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;		1,50%	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e		1,50%	1,50%
V - hospitais de ensino.		1,50%	0,00%
PERCENTUAL SUS FINAL AO CEBAS			86,51%

Nota 15 – Provisões Contingenciais – A entidade possui em poder de Escritórios de Advocacia, ações judiciais e para contingências das mesmas, constituindo-se provisão em valores estimados de perdas. As ações são classificadas pelos advogados em:

Prováveis - grande probabilidade de perda para a entidade;

Possíveis – as quais os elementos disponíveis não são suficientes ou claros, de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo, não havendo um prognóstico conclusivo; e

Remota - onde é remotamente trará perda a entidade.

AÇÕES REQUERIDAS (RÉU)

Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2019
Prováveis	-	438.430	438.430
Possíveis	-	-	-
Remota	10.438.863	116.000	10.554.863
TOTAL	10.438.863	554.430	10.993.293

Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2018
Prováveis	-	651.036	651.036
Possíveis	10.387.185	-	10.387.185
Remota	-	-	-
TOTAL	10.387.185	651.036	11.038.221

AÇÕES REQUERENTES (AUTOR)

Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2019
Prováveis	-	-	-
Possíveis	-	-	-
Remota	5.639.930	-	5.639.930
TOTAL	5.639.930	-	5.639.930

Nota 16 – Seguros Contratados – A entidade contrata seguros para cobertura de sua frota de veículos, para cobertura de risco profissional médico e cobertura de suas edificações. Os seguros contratados estão abaixo relacionados:

COBERTURAS DE SEGUROS CONTRATADOS

SEGURO CONTRATADO	Nº DA APÓLICE	FIM DA VIGÊNCIA	SEGURADORA	VALOR DA COBERTURA
VW GOL 1.0 TRENDLINE 8V TOTAL FLEX ANO 2014/2015	6.054.014.022.231	26/09/2020	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100% FPE
VW SAVEIRO 1.6 CITY TOTAL FLEX ANO 2006/2007 - AMBULÂNCIA	6.054.014.022.231	26/09/2020	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100% FPE
VW SAVEIRO 1.6 TOTAL FLEX (G5) ANO 2010/2011	6.054.014.022.231	26/09/2020	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100% FPE
VW DOBLO CARGO 1.8 8V/16V (FLEX) ANO 2009/2009 2P - AMBULÂNCIA	6.054.014.022.231	26/09/2020	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100% FPE
SPACE FOX TRED 1.6 8V (G2) TOTAL FLEX 4P	517720191A310581891	13/08/2020	ALLIANZ AUTO	100% FPE
FIESTA HATCHSE 1.6 16V (FLEX)	6.054.014.022.231	26/09/2020	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100% FPE
RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRADORES	30.10.0013982.12	14/12/2020	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00
RISCO AMBIENTAL	30.10.0013982.12	14/12/2020	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL RISCO PROFISSIONAL	43.78.0084658.28	13/04/2020	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 700.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.180.021.375	17/01/2020	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 2.000.000,00
EMPRESA - DANOS PATRIMONIAIS	1.180.021.375	17/01/2020	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 20.500.000,00

Nota 17 – Conciliação entre o lucro líquido e caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais - Conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 03 – item 20A), apresentamos a conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado (consumido) nas Atividades Operacionais:

CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
DESCRIÇÃO	2019	2018	2019	2018
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO				
Depreciação/Amortização/Exaustão	(1.289.821)	2.291.543	(1.654.621)	2.077.735
Equivalência Patrimonial	1.989.317	1.948.585	1.836.228	1.836.228
Dividendos Recebidos	(236.731)	(89.749)	(236.731)	(89.749)
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	0	0	0	0
Provisão para Riscos e Processos Trabalhistas	76.975	0	76.975	0
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	0	(230.487)	0	(230.487)
Extra Teto, Ganhos/Perdas no Recebimento	442.628	161.741	0	0
Provisões Trabalhistas	4.247.173	1.469.170	4.247.173	1.469.170
Subvenções a Realizar/Diferidas	269.439	43.287	269.439	43.287
	212.606	(224.703)	212.606	(224.703)
	0			
	0			
RESULTADO AJUSTADO	5.711.587	5.369.388	4.751.070	4.881.482
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				
(Aumento) Redução em Subvenções a Receber	(14.813.616)	1.004.858	(14.813.616)	1.004.858
(Aumento) Redução em Contas a Receber	9.311.001	7.669.437	9.246.311	6.311.858
(Aumento) Redução em Estoques	89.308	(149.856)	89.308	(149.856)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	717.196	769.405	717.196	717.196
(Aumento) Redução em Outros Créditos	441.283	680.392	259.258	55.147
Aumento (Redução) em Fornecedores e Prestadores de Serviços de Saúde	272.336	795.910	82.870	666.663
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	500.000	(10.500)	500.000	(10.500)
Aumento (Redução) em Salários e Encargos	(146.775)	101.687	(146.775)	101.687
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(127.386)	(22.545)	(164.745)	(21.029)
Aumento (Redução) em Subvenções a Realizar	519.203	(10.720.291)	519.203	(10.720.291)
Aumento (Redução) em Acordos Judiciais	(101.900)	(221.500)	(101.900)	(221.500)
Aumento (Redução) em Ações Cíveis e Trabalhistas	(1.500.000)	(350.000)	(1.500.000)	(350.000)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	914.856	(3.187.315)	967.137	(2.021.980)
TOTAL	(3.924.494)	(3.640.318)	(4.345.753)	(4.637.747)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS GERADAS (CONSUMIDAS)	1.787.093	1.729.070	405.317	243.735

Nota 18 - Gratuidades/Voluntariado - De acordo com o art. 13, parágrafo 1º do Estatuto da Sociedade Matonense de Benemerência, os Conselheiros, Diretores e Sócios, não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos, em atendimento à Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (item 20). Apresentamos a estimativa de custos dos trabalhos voluntários exercidos pelos Diretores e Conselheiros, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro:

Descrição	2019	2018
Conselho de Administração	149.588	139.388
Diretoria Executiva	261.779	243.928

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos - Recursos captados junto a Instituição Financeiras, destinados à capital de giro, com garantia pessoal dos Diretores Executivos, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2019	2018
Sincredi - Contrato - B90235911-6	R\$	0,51% a.m	100% CDI	2024	212.500,00	0,00
Sincredi - Contrato - B90235994-9	R\$	0,51% a.m	100% CDI	2024	287.500,00	0,00

Circulante

500.000,00 0,00

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2019	2018
Sincredi - Contrato - B90235911-6	R\$	0,51% a.m	100% CDI	2024	637.500,00	0,00
Sincredi - Contrato - B90235994-9	R\$	0,51% a.m	100% CDI	2024	862.500,00	0,00

Não Circulante

1.500.000,00 0,00

Movimentação dos Saldos	2019	2018
Captação	2.000.000,00	0,00
Juros Passivos e Outros Encargos	258.982,50	0,00
Juros Ativos e Outros Encargos	(258.982,50)	0,00
Pagamento de Empréstimo Principal	0,00	0,00
Pagamento de Empréstimo Juros	0,00	0,00
Saldo Final	2.000.000,00	0,00

Nota 20 – Manutenção da Imunidade Tributária - Dos requisitos de imunidade tributária exigidos pelo Código Tributário Nacional, conforme disposto na Lei 9.532 de 10 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 12.

Lei 9.532/1997

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão,

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a

efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

g) assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Analisando os requisitos para manutenção da condição de Entidade isenta de Contribuições para a Seguridade Social, destacamos a Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, conforme segue:

Lei 12.101/2009

Art. 29. *A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:*

I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

- II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;*
- III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;*
- IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;*
- V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;*
- VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;*
- VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;*
- VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.*

Destacamos que, mesmo que o Código Tributário Nacional (Lei 9532/1997) e a Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, permitam a remuneração dos dirigentes estatutários conforme citado anteriormente, a Entidade optou por não o fazer, vedando a remuneração de dirigentes a partir de seu Estatuto Social, mais precisamente no art. 13 § 1º que versa sobre a vedação de recebimento de qualquer remuneração pelo exercício dos cargos, conforme disposto a seguir:

Estatuto Social

*Artigo 13 – São os seguintes poderes da **Sociedade**:*

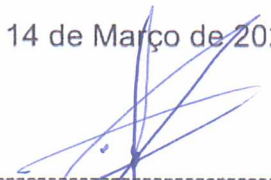
- a) *Assembleia Geral é o órgão soberano;*
- b) *Conselho de Administração;*
- c) *Diretoria Executiva;*
- d) *Conselho Fiscal;*

*Parágrafo 1º - Os Sócios Integrantes dos poderes da **Sociedade** não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos.*

Exames de análise dos registros contábeis da Entidade, realizados durante a execução de nossos trabalhos, podemos concluir que a SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERENCIA atendeu os requisitos necessários para manutenção de sua imunidade tributária prevista no Artigo 12 da Lei 9.532/97 bem como atendeu aos requisitos exigidos pela Lei 12.101/99 para ser considerada uma Entidade Beneficente de Assistência Social e, portanto, ter a isenção das contribuições para a Seguridade Social. Além disso, mesmo sem risco de perda de imunidade ou isenção, constatamos que nenhum diretor recebe qualquer espécie de remuneração.

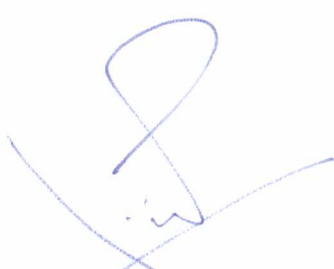
Nota 21 – Eventos Subsequentes - A Entidade, até 21 de Fevereiro de 2020, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019.

Matão (SP), 14 de Março de 2020.

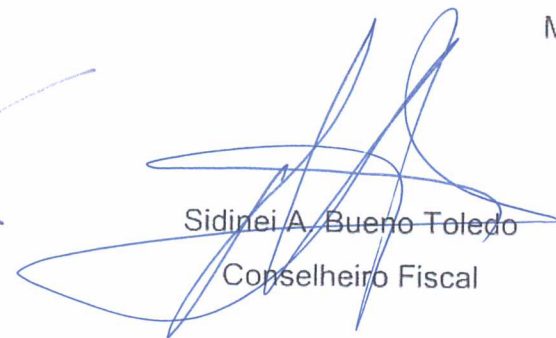

João Carlos Marchesan
Diretor Presidente
Diretoria Executiva
Denise Paolinetti da Camara Minelli
Superintendente Hospitalar
Diego Wagner Santos
Gerente de Controladoria
Contador
CRC 1SP262717/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
2. Com base nos exames efetuados, os membros do Conselho Fiscal, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.



José Valentim Bononi
Conselheiro Fiscal



Sidinei A. Bueno Toledo
Conselheiro Fiscal

Matão (SP), 14 de Março de 2020.



Lauro Antônio Gorgatti
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores da
SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA
Matão (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERÊNCIA** e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

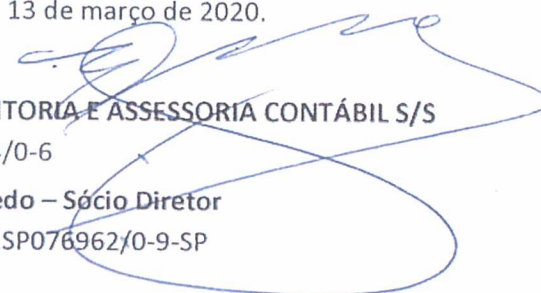
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 13 de março de 2020.


AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP017174/0-6

Elizeu de Azevedo – Sócio Diretor

Contador CRC 1SP076962/0-9-SP